





Article

Contra a Correnteza: Conservação, Restauração e Recuperação Ambiental no Vale do Rio Doce

Haruf Salmen Espindola ¹ * , Maria Terezinha Bretas Vilarino ² , Bianca de Jesus Souza ³ , Iesmy Elisa Gomes Mifarrég ⁴ 

¹ Doutor; Universidade Vale do Rio Doce, Departamento de Direito/PPGI em Gestão Integrada do Território – GIT/Univale, Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil. Membro do corpo permanente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGICH/UFSC); ORCID: 0000-0003-4609-288X; E-mail: haruf@univale.br

² Doutora; Universidade Vale do Rio Doce, Departamento de Pedagogia/PPGI em Gestão Integrada do Território – GIT/Univale, Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil; ORCID: 0000-0002-2093-5159; E-mail: maria.vilarino@univale.br

³ Mestre; Centro Agroecológico Tamanduá – CAT, Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil, ORCID: 0000-0002-0745-5142; E-mail: bi.agro.ufv@gmail.com

⁴ Mestranda; Universidade Vale do Rio Doce; ORCID: 0000-0001-9737-6773; E-mail: iesmy.alves@univale.br

*Correspondência: haruf@univale.br

RESUMO

O artigo parte da contação da expansão da história ambiental produzida no Brasil e sua centralidade em enredos trágicos, para redirecionar o olhar para aqueles que teimaram em ir contra a correnteza. Usa os estudos de casos para demonstrar a relevância de a história ambiental voltar-se com mais intensidade para a temática da conservação, restauração e recuperação ecológico/ambiental. Os estudos de casos são utilizados para estimular o redirecionamento do olhar do historiador ambiental para além da perspectiva trágica de devastação e colapso. Este artigo se propõe a apresentar três casos relacionados a iniciativas não-governamentais de conservação, restauração e recuperação no médio rio Doce/MG. No primeiro apresentamos a Reserva Privada de Patrimônio Natural – RPPN – Feliciano Miguel Abdala, no município de Caratinga; em seguida a experiência de restauração RPPN Fazenda Bulcão pelo Instituto Terra; e, finalmente, o esforço da ONG Centro Agroecológico Tamanduá da e recuperação de áreas degradadas, com destaque para a Comunidade Quilombola de Ilha Funda, no município de Periquito.

Palavras-chave: Vale do Rio Doce; RPPN Feliciano Miguel Abdala; Instituto Terra; Centro Agroecológico Tamanduá; unidade de conservação.

ABSTRACT

This essay starts from the huge expansion of the Brazilian environmental history narratives and his main tragic plots. From this point on looks for those who insisting to get the way against the flow. Having in mind research cases, arguing the relevance of environmental history so turns to the issues such as ecological/environmental conservation, restoration and recovery. Case studies stimulate the redirection of the environmental historian's gaze beyond the tragic perspective of devastation and breakdown. In this article, one gets three situations of relationship of non-governmental enterprise having as main aim conservation, restoration and environmental recovery in middle Rio Doce (Minas Gerais, Brazilian east). The first one deals with the Feliciano Miguel Abdala's private natural heritage reserve at Caratinga municipality. Following this one get the history of restoration experience of the private natural heritage reserves of the Earth Institute at Bulcão farm. Eventually this research ends up with the endeavor of an agroecological center – Tamanduá – in order to recover degraded area, with emphasis on the Ilha Funda Quilombola Community (negro people) in the municipality of Periquito (Brazilian east).

Keywords: Rio Doce valley; Private natural heritage reserve Feliciano Miguel Abdala; Earth Institute; Tamanduá Agroecological Center; conservation unit.



Submissão: 30/04/2022



Aceite: 03/08/2022



Publicação: 30/09/2022



1. Introdução

A história ambiental é uma área de muitas possibilidades de investigação e, nas últimas três décadas, o Brasil experimentou um crescimento significativo de pesquisas e da produção deste campo historiográfico, proveniente da adesão de uma nova geração de historiadores e historiadoras (Padua & Carvalho 2020). Esse campo de investigação historiográfico recebeu seu primeiro estímulo, ainda que tímido, com a publicação, em 1991, pela revista *Estudos Históricos* do dossiê “História e Natureza”.¹

O impulso expressivo, no entanto, veio com o sucesso do livro de Warren Dean, lançado no Brasil um ano depois de ser publicado nos EUA (1995). O caminho narrativo seguido por Dean é enunciado no próprio título do livro (*A Ferro e Fogo*) e reforçado pelo subtítulo (*a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*). O enredo pode ser resumido assim: história da contínua devastação da floresta pelo ser humano, sendo que “a destruição da floresta era lamentada apenas momentaneamente”, mas que esse “sentimento era seguido por outro pragmático”, ou seja, utilitário e conforme o contexto de exploração generalizada da floresta. A repercussão da obra favoreceu o surgimento de um campo historiográfico na linha narrativa fundada no que se pode denominar de enredo “trágico”, que molda um quadro sombrio, no qual tudo se encaminha para a destruição final da natureza por parte do ser humano (Cronon 1992). No caso de Dean, toda a construção narrativa leva ao desafortunado fim da Mata Atlântica. “A primeira metade do século XX testemunhara o cerco final da Mata Atlântica. A expropriação privada de todo o território estava concluída” (Dean 1996).

Esse tipo de enredo também norteou o relatório-síntese coordenado por João Antônio de Paula, dos resultados de pesquisas sobre o Vale do Rio Doce, realizadas na primeira metade da década de 1990 (De Paula 1997). Essa obra é uma referência para o estudo da zona siderúrgica da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, concentrada na Sub-bacia do Rio Piracicaba, pelo esforço multidisciplinar que empreendeu estudos demográficos, econômicos e ecológicos da região (Brito et al. 1997; Barbieri et al. 1997). Apesar de contemplar a pesquisa histórica, no conjunto buscava compreender as diferentes dinâmicas socioambientais da zona siderúrgica, atual Região Geográfica Intermediária de Ipatinga, com atenção especial para o Parque Estadual do Rio Doce (PERD), maior área protegida de Mata Atlântica, em Minas Gerais, criada pelo governo estadual, em 1944, com uma extensão de 35.976 hectares.

Nossa intenção, no entanto, não é realizar aqui uma revisão da literatura, apenas oferecemos dois exemplos centrados no enredo trágico, para reafirmar a sua predominância no campo da história ambiental brasileira.² Este também foi o caminho seguido por Haruf Salmen Espindola, ao construir sua produção sobre o Vale do Rio Doce centrada na tese do “colapso socioambiental” (Espindola 2015). O esforço de Espindola foi canalizado nas duas últimas décadas para os elementos que corroboram a tese trágica, muito potencializada, por sinal, pelo desastre-crime minerário da Vale/BHP/Samarco, iniciado em 5 de novembro de 2015, com o rompimento da barragem Fundão, no município de Mariana, no alto rio Doce.³

Como os fatores de destruição prevalecem, a história da preservação, conservação e restauração ambiental não entra em cena ou fica em segundo plano. Assim, o objetivo pretendido nesse artigo é voltar o olhar para

¹ Estudos Históricos (4, 1991):198-215. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/311> Consultada em 14 de janeiro de 2022.

² Evidente que temos pesquisadores que seguiram outros caminhos, como é o caso de José Augusto Pádua e Alessandra Izabel de Carvalho, “A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil,” *História, Ciências, Saúde, Manguinhos* 27 (outubro-dezembro 2020): 1314; José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond, “O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992.” *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A.*, (2010): 59–84. <https://periodicos.unb.br/index.-=php/-textos/article/view/28053>. Consultada em 10 de abril de 2022.

³ Entre as várias produções, destacam-se: Haruf S. Espindola et al., “Território da mineração: uma contribuição teórica,” *Revista Brasileira de Geografia*, 62 (2017):67-93. Haruf Salmen Espindola e Claudio Guerra, “The Ongoing Danger of Large-Scale Mining on the Rio Doce: An Account of Brazil’s Largest Biocultural Disaster,” Em *From Biocultural Homogenization to Biocultural Conservation*. Ed. Ricardo Rozzi et al., 3th ed (Basiléia: Springer, 2018), 97-108. Haruf Salmen Espindola, Eunice Sueli Nodari, Mauro Augusto dos Santos, “Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG),” *Revista Brasileira de História*, 39, 2019:141-162.



histórias de conservação e restauração ambiental, bem como para os atores que estiveram à frente das iniciativas que resultaram na existência atual de diferentes áreas protegidas na bacia do rio Doce.⁴

Para fins de orientação do caminho a seguir, tomamos como referência a distinção feita por Claude Raffestin (1996) entre “principais comportamentos em relação a natureza: “exploracionismo”, “preservacionismo” e “conservadorismo”. Para o geógrafo franco-suíço, o primeiro comportamento “só têm interesse em produzir o máximo possível, sem nenhuma preocupação com o ritmo de esgotamento”. O contrário seria o comportamento preservacionista, cuja lógica é a não utilização dos recursos. Raffestin observa, no entanto, que tomado numa perspectiva política frente aos recursos, esse comportamento de não utilizar, que “coincide, é verdade, com uma perspectiva ecológica”, pode responder a uma estratégia de longo prazo no uso dos recursos. Não é nosso interesse discutir os dois conceitos, considerando o significado implícito de garantir uma natureza intocável, ou melhor, como o ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – define Unidades de Conservação (UC) de proteção integral: “preservar a natureza, livrando-a, o quanto possível, da interferência humana”.⁵

O terceiro comportamento indicado por Raffestin (conservacionismo) se refere às relações simétricas, por buscarem o uso sustentável dos recursos no presente para que continuem disponíveis no futuro, “na perspectiva das necessidades e dos objetivos de uma coletividade”. Na definição do ICMBio, são unidades de conservação de uso sustentável, ou seja, aquelas que buscam “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais”. Nesse sentido é permitido a exploração, desde que se garanta a “perenidade dos recursos naturais renováveis considerando os processos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”.⁶

Com base nessa classificação, o artigo se concentrou em uma experiência bem-sucedida de conservacionismo, empreendido por particular. A essa experiência associamos duas outras que podem ser classificadas como restauração e recuperação.

No levantamento de Pádua e Carvalho (2020), sobre a história ambiental no Brasil, podemos identificar um lugar importante ocupado pelos estudos regionais e estudos de casos. No presente artigo, primeiro apresentamos a RPPN Feliciano Miguel Abdala, no município de Caratinga, em seguida a experiência de restauração da RPPN Fazenda Bulcão pelo Instituto Terra, no município de Aimorés e, finalmente, o empenho da ONG Centro Agroecológico Tamanduá de recuperação de áreas degradadas, com destaque para a Comunidade Quilombola de Ilha Funda, no município de Periquito. Denominamos esses esforços de “contra a correnteza”, porque decidiram ir contra o contexto marcado pelo predomínio do “exploracionismo” e, ao mesmo tempo, não são o resultado da intervenção estatal para a preservação ambiental.

Foram escolhidas porque contribuem para exercitar o redirecionamento do olhar do historiador ambiental para aquelas pessoas que insistiram e insistem em remar contra a correnteza, com pensamentos, atitudes e ações de preservação, conservação, restauração e recuperação ambiental.

2. O fluxo da correnteza: exploracionismo e degradação no Vale do Rio Doce

Na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, incluída no bioma Mata Atlântica, as diferenciações são a principal característica da paisagem – diversidade de relevo, clima e vegetação – e de sua formação história do território

⁴ Unidades de Conservação no Brasil, disponível em <https://uc.socioambiental.org/>), consultada em 10 de abril de 2022. ICMBio, Sistema Informatizado de Monitoramento de RPPN. Para Minas Gerais, disponível em <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/MG/>, para o Espírito Santo, disponível em <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/ES/>. Consultada em 10 de abril de 2022.

⁵ ICMBio. Unidades de Conservação. Grupos. Proteção Integral. Uso Sustentável. Disponível em [https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/grupos#:~:text=S%C3%A3o%20aquelas%20Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o,dos%20casos%20previstos%20na%20Lei](https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/grupos#:~:text=S%C3%A3o%20aquelas%20Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o,dos%20casos%20previstos%20na%20Lei.). Consultada em 10 de abril de 2022.

⁶ Idem.



– heterogeneidade socioeconômica e sociocultural –, marcadas por múltiplas temporalidades e espacialidades. Sobre o bioma, considerando a distribuição geográfica dos gêneros e famílias, “verifica-se que a bacia do rio Doce separa, em parte, as floras do sul e do norte. A presença nesta área de uma flora mista (...) e ainda alguns endemismos, evidencia a existência de um possível divisor florístico” (IBGE 1987).

O rio Doce é uma categoria que aparece com diversos conteúdos na historiografia, sobressaindo a associação com a ideia de promessa de riquezas: florestas exuberantes pelas madeiras de lei e flora medicinal; minérios de toda qualidade; terras férteis, que fazem deste Nilo *brasiliensis* “um instrumento vivo do progresso” (Oliveira 1975). Na década de 1940 o Vale do Rio Doce foi nomeado de Vale do Ruhr brasileiro, pois se acreditava que a mineração, siderurgia e a industrialização levariam ao crescimento econômico e, conseqüentemente, ao “radioso futuro desta zona”.⁷ Esse prognóstico tão otimista não se concretizou. Nos anos de 1990 são outras as categorias associadas ao rio Doce, portadoras de elementos negativos (Espindola 2015), tais como grilagem de terra, cultura da violência e conflitos agrários; desflorestamento generalizado e degradação ambiental; esvaziamento demográfico-econômico, com expressivos índices de migração interna e emigração para o exterior, ou seja, uma “região problemática”, na definição do Governo de Minas Gerais (1989).⁸

A configuração e as condições geográficas da bacia do rio Doce, sinteticamente expostas acima, potencializaram a velocidade da supressão da cobertura florestal e a intensidade dos impactos socioambientais (Espindola & Wendling 1988). A Mata Atlântica tinha se conservado de forma significativa, até a primeira década do século XX, quando gradativamente começa acelerar a ocupação, com a entrada da frente demográfica em busca das terras devolutas. Entretanto, a aceleração se deu efetivamente a partir da década de 1930, no bojo do processo de industrialização de Minas Gerais e do Brasil. Nas duas décadas seguintes, esse processo se torna uma “correnteza” que resultará na supressão generalizada da flora e fauna (Almeida 1959; Egler 1951; Espindola 2015; Espindola 2016; Marcílio 1961; Miranda 1949).

A supressão da cobertura florestal foi exposta em dois diagnósticos apresentados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1963 e 1969. O diagnóstico de 1969, para a cobertura original de Floresta Atlântica (91% da área), Tabuleiros (7,5%) e vegetação litorânea (1,5%), afirma que havia restado, conforme a zona considerada, remanescentes de matas nativas entre de 2,5 a 10% de áreas, sendo a média geral de 5%. A pior situação era da parte da bacia que corresponde a zona do médio curso do rio Doce, que tem a cidade de Governador Valadares na posição central e polo da região. Essa zona do médio rio Doce, primitivamente coberta integralmente pela Floresta Atlântica, se encontrava mais drasticamente devastada, com apenas 2,5% da cobertura originária. No estudo são identificados como principais causas: consumo de lenha e carvão vegetal, desmatamento para uso agropecuário e desperdício (Companhia Vale do Rio Doce 1963; Companhia Vale do Rio Doce 1969).

Frente a esse cenário seria difícil não pensar num enredo trágico de devastação e colapso. O historiador ambiental se sente na obrigação de assumir uma postura crítica, particularmente se considerarmos as narrativas baseadas em perspectivas de progresso, amplamente dominantes até os anos de 1980. Esse tipo de narrativa se repete em todos os históricos dos municípios do Vale do Rio Doce, centrada em homens “pioneiros” que enfrentaram fortes dificuldades e promoveram o progresso na zona selvagem que até então “era dominada pela tribo dos tapuias ou aimures” (aimorés) (Mattos 2004; Espindola 2005).

⁷ “Perspectivas do Vale do Rio Doce,” *Voz do Rio Doce* 2 (outubro de 1946): 9

⁸ “A Rio Doce é uma Região problemática no contexto estadual, embora não exista suficiente consciência a respeito, ao contrário do que ocorre na Jequitinhonha.” Governo de Minas Gerais. *Economia mineira – 1989: diagnóstico e perspectivas* (Belo Horizonte, BDMG, 1989), 5, 102.



3. Conservação: RPPN Feliciano Miguel Abdala, Caratinga (MG), Brasil

O comportamento exploracionista dominante não consegue, entretanto, enquadrar a todos, pois haverá sempre aqueles que teimam em ir contra a corrente. Isso nos leva à fazenda Montes Claros, propriedade de Feliciano Miguel Abdala (falecido em 1º de junho de 2000, aos 92 anos de idade), onde se localiza a RPPN que recebeu o seu nome (Veado 2022). A fazenda está localizada na margem esquerda do rio Manhuaçu, afluente do rio Doce, no distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, município de Caratinga. A importância da RPPN Feliciano Miguel Abdala (RPPN-FMA) é amplamente reconhecida pelos pesquisadores da área da primatologia, por ser o mais importante refúgio que protege o miquiqui-do-norte/mono-carvoeiro (*Brachyteles hypoxanthus*), maior primata das Américas (Cosenza 2018).

A floresta preservada por Feliciano Abdala cobre 957,57 hectares do total de 1.335,56 hectares de sua fazenda de café. Ela possui instalações para receber pesquisadores, construídas em 1983, com a denominação de Estação Biológica de Caratinga, que é estratégica para a consolidação dos projetos de pesquisa. O apoio financeiro veio de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da WWF – World Wildlife Fund e Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, além do que foi garantido por Feliciano Abdala: doação da área, auxílio logístico, recursos e disponibilidade de trabalhadores da fazenda. Para o funcionamento deste centro de alojamentos e laboratórios para os pesquisadores, foi fundamental a parceria da Fundação Biodiversitas e Associação pró-Estação Biológica de Caratinga (Torres & Cosenza 2002).

Nosso interesse aqui é mostrar a força de uma ideia que vai contra a corrente dominante no contexto tempo-espacial em que se inseria a fazenda Montes Claros. É nesse sentido que merecem atenção e pesquisas, por parte dos historiadores ambientais, essas iniciativas de conservação de particulares que contrariam o contexto no qual se inserem. Orientado por um sentido prático para além de considerações românticas, Feliciano Abdala conservou cerca de 72% de sua fazenda de café coberta com a floresta. Com seu falecimento, os herdeiros decidiram criar a RPPN para garantir a continuidade do trabalho de conservação que ele havia começado em 1944. A atitude do Feliciano Abdala proporcionou, nos últimos 50 anos, uma das mais intensas produções científicas sobre fauna e flora da Mata Atlântica.

Como nos conta Eduardo Veado (2002), em 1944 o filho de imigrante libanês, Feliciano Miguel Abdalla, comerciante com 36 anos, decidiu comprar a propriedade na qual fazia as pausas para “dormida” da sua tropa de mulas. O proprietário da fazenda, Felipe de Abreu, do município de Ipanema, conhecido como “Seu Benzinho”, já mantinha preservada a Mata Atlântica de cerca de 72% da sua propriedade.

Para se dimensionar o significado ético da atitude conservacionista de Feliciano Abdala, é preciso situá-lo no contexto de região cafeeira, particularmente no momento de elevação do preço da saca do café (1944), depois de dois anos de baixa (1941-1942) e da retomada do preço em 1943. A chegada da linha da Estrada de Ferro Leopoldina, ligando a região ao Rio de Janeiro, em 1931, intensificou o processo de ocupação da região, porém foi na década de 1940 que ocorreu a aceleração dos desmatamentos (derrubadas) para plantio de café, extração de madeira de lei e produção de carvão e lenha. As derrubadas eram motivo de orgulho e largamente comemoradas, o que fazia do gesto de Feliciano Abdala uma “insanidade” para os padrões locais da época. Eduardo Veado destaca o esforço empreendido para combater incêndios e para impedir a presença de caçadores, exploradores de palmito e madeira, carvoeiros e empresas reflorestadoras (Veado 2022).

Em 1971, foi publicado a obra de Álvaro Aguirre onde se sustenta a descoberta de uma espécie considerada extinta em Minas Gerais (Aguirre 1971). Porém, como informa José Luiz Franco, apesar dos projetos com o miquiqui-do-norte e as orientações para sua preservação se ligarem a esse trabalho pioneiro de Aguirre, “as ações em torno da conservação do miquiqui não progrediram de imediato” (Franco 2020; Benevides et al. 2017).

A estimativa populacional sobre os miquiquis era muito reduzida e, conseqüentemente, “não eram suficientemente numerosas para serem consideradas viáveis em longo prazo”. Em 1976, Célio Valle, do ICB –



Instituto de Ciências Biológicas – da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), esteve no município de Caratinga para conhecer a área de mata em que viviam os miquiqui-do-norte, “visando o estudo mais profundo daquela população de monos-carvoeiros”. Junto com o professor de zoologia do Instituto de Ciências Biológicas, ICB-UFMG, Ney Carnevalli, ficaram uma semana, localizando e registrando os monos. Os registros em filmes coloridos foram amplamente divulgados em diferentes eventos científicos.

O apoio dado pelo proprietário Feliciano Abdala e o interesse da Divisão de Mastozoologia do Departamento de Zoologia do ICB/UFMG resultaram em vários trabalhos de campo, ampliando o conhecimento sobre uma espécie que até pouco tempo era dada como extinta em Minas (Veado 2002). Em 1977, a partir da reportagem publicada numa revista, o interesse cresceu. Na matéria, o trabalho dos pesquisadores é apresentado como a redescoberta de uma espécie considerada extinta: “retorno de uma espécie animal ao escopo do mundo dos humanos” (Sá 1977).

A ampla divulgação promovida pelo professor Célio Valle (ICB/UFMG) atraiu a atenção do pesquisador japonês Akisato Nishimura, da Universidade de Kyoto. Em 1977, com o apoio do professor Célio Valle ele passou dois meses em trabalho de campo na mata da fazenda Montes Claros, estudando os monos-carvoeiros, resultando em dois trabalhos publicados no Brasil e dois outros no Japão (Veado 2002). O trabalho publicado por Nishimura, em 1979, contribuiu para atrair outros pesquisadores e consolidar a presença das pesquisas do ICB/UFMG e de outras universidades de diferentes estados e do exterior. Conforme sinaliza Karen Strier e Sérgio Lucena Mendes, nos primeiros anos da década de 1980 a liderança do professor Célio Valle foi importante não somente para induzir novos projetos de pesquisas, mas para consolidar o apoio a Feliciano Abdala, nos seus esforços de preservação da fazenda Montes Claros e de defesa do miquiqui-do-norte (Fonseca 2003).

Em 1982, a estudante americana Karen Strier, visitou pela primeira vez o que chamou de “últimos refúgios existentes de miquiquis, uma floresta de aproximadamente 800 hectares na Fazenda Montes Claros, no estado brasileiro de Minas Gerais” (Strier 2007). Como os pesquisadores Célio Valle e Ney Carnevalli da UFMG, depois do primeiro contato com os miquiquis, em 1974, ela também continuou o envolvimento, depois de concluído o doutorado (1986), realizando pesquisa, formando novos pesquisadores e se envolvendo diretamente com as lutas conservacionistas pela preservação da mata do “Senhor Feliciano” (Strier 1986). Karen Strier mantém de forma ininterrupta 40 anos de pesquisa e de envolvimento com a RPPN-FMA. Ela é responsável pelo “maior volume de informações de que se dispõe sobre os miquiquis” e pelos projetos de mais longo prazo desenvolvidos na Estação Biológica de Caratinga (Veado 2002).⁹

Junto com outros conservacionistas, Karen Strier, que nas últimas quatro décadas contribuiu para formação de dezenas de novos pesquisadores, tem se dedicado à luta pelos corredores ecológicos na região, que liguem os fragmentos remanescentes da Floresta Atlântica e unidades de conservação, fundamentais para os miquiqui-do-norte e outras espécies, cujas populações cresceram nas últimas três décadas.¹⁰ Em 2014 foi criado o Corredor Ecológico Sossego-Caratinga, primeiro em Minas Gerais, com a parceria do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) e a Fundação Biodiversitas, cujo objetivo é conectar as áreas de mata da região, interligando duas RPPN: Feliciano Miguel Abdala, em Caratinga e Mata do Sossego, em Simonésia.¹¹ As atividades da RPPN-FMA devido à sua singularidade, não deixaram de “incomodar” os

⁹ Para uma rápida visão sobre o trabalho de Karen Strier, veja o site AmbienteBrasil, “Como esta cientista trabalha para reabilitar o maior e mais raro macaco das Américas”, Online. <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2020/02/27/157266-como-esta-cientista-trabalha-para-reabilitar-o-maior-e-mais-raro-macaco-das-americas.html>.

¹⁰ Veja no site ((o)eco, Um corredor para o miquiqui-do-norte, o maior primata das Américas”, publicado em 1º/9/2021. <https://oeco.org.br/reportagens/um-corredor-para-o-miquiqui-do-norte-o-maior-primata-das-americas/>. Consultada em 25 janeiro de 2022.

¹¹ Veja no site do IEF/MG, “Corredor Ecológico Sossego-Caratinga organiza comitê gestor”, Online. <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1939-corredor-ecologico-sossego-caratinga-organiza-comite-gestor>. Consultada em 25 de janeiro 2022.



padrões da normalidade e podem ter recebido um sinal de contrariedade na morte trágica de Eduardo Veado e Simone Furtini Abras num momento importante.¹²

O muriqui-do-norte tornou-se uma espécie bandeira, mas na área se encontram “204 espécies de aves, 79 de mamíferos e 37 de anfíbios” (Mesquita & Vieira 2004). Entretanto, é preciso reforçar que o muriqui-do-norte, maior primata das Américas, compõe a lista das 25 espécies mais ameaçadas no mundo, da Conservação Internacional, Fundação Margot Marsh e Comissão de Sobrevivência de Espécies da União Mundial para a Natureza (UICN). A RPPN-FMA “abriga cerca de 1/3 da população selvagem conhecida do muriqui-do-norte”, além de outras espécies ameaçadas, tais como o sagüi-da-serra ou sagüi-taquara (*Callithrix flaviceps*) e o barbado ou bugio (*Alouatta guariba*) (Mesquita & Vieira 2004). Segundo Mônica Fonseca:

A importância da RPPN vai além do santuário que ela representa para os muriquis e para outros elementos da flora e fauna endêmicos da Mata Atlântica, ao simbolizar a consolidação de esforços científicos de longo prazo. Os estudos têm abrangido tanto o reino animal quanto vegetal, confirmando a presença de uma diversidade única de formas de vida, muitas das quais restritas a escassas localidades da Mata Atlântica. De anfíbios a aves, de moluscos a insetos, de musgos a grandes árvores, o inventário de espécies na RPPN-FMA continuará crescendo, na medida em que forem iniciados novos esforços de pesquisa para documentar sua diversidade (Fonseca 2003).

Entre 1944, quando Feliciano Abdala comprou a fazenda Montes Claros, e o seu falecimento, essa tinha se tornado a área “melhor estudada do ponto de vista biológico e ecológico de toda a Mata Atlântica” (Fonseca 2003). Como afirma Célio Valle: “Eu tinha certeza de que o melhor modo de proteger esses macacos era estudá-los; estabelecer uma tradição de pesquisa em Caratinga” (Valle 2007).

A esse compromisso de Feliciano Abdala podemos aplicar o conceito de ética biocultural, cuja premissa considera que “todos os seres vivos têm um bem-estar e, portanto, são moralmente relevantes” e, portanto, deve-se atribuir eticamente a mesma importância para seres humanos e seres não humanos, ou seja, ambos possuem igual valor. Feliciano Abdala expressa o sentido essencial da ética como *ethos*, como comportamento do ser humano, caráter que considera que somos todos coabitantes desse mundo. Como afirma Ricardo Rozzi (2013) sobre a ética biocultural, que se firma no reconhecimento das práticas insustentáveis que são prejudiciais à vida de seres humanos e outros seres não humanos e muda o ponto de vista dominante: no lugar de considerar o “nosso direito humano” de habitar e usar o Planeta, considera um outro conjunto de premissas e orientações de vida, baseados nos princípios de “como os humanos devem coabitar no mundo”.

4. Restauração: Instituto Terra e a RPPN Fazenda Bulcão.

Enquanto que a RPPN-FMA pode ser considerada como de “conservação de biodiversidade” (Vieira 2004), a RPPN Fazenda Bulcão – RPPN-FB –, gerida pelo Instituto Terra – IT –, por sua vez, trata da restauração de ecossistemas degradados (Vieira & Silva 2004). A RPPN-FB, com 609 hectares, criada por iniciativa do casal Sebastião Salgado e Lélia Wanick Salgado, está localizada no município de Aimorés. Ao se entrar no site do IT, para conhecer sua história, nos deparamos com duas imagens impressionantes do fotógrafo Sebastião Salgado, em preto e branco: a primeira é da RPPN-FB em 2001 – pastos degradados e ravinamento – e a outra de 2013 onde floresta está cobrindo toda a área. O título “O que antes era pasto agora é floresta”, logo de início, é indicador da finalidade do IT: “restauração ambiental e o desenvolvimento rural sustentável do Vale do Rio Doce”.

¹² Sobre o final trágico de Eduardo Veado e de Simone Furtini Abras ver matéria foi publicada no site ((o)eco, mantido pela “Associação O Eco”. Online. <https://oeco.org.br/colunas/16135-oeco-19243/>. Consultada em 10 de abril de 2022.



O projeto de restauração ambiental, começou com o plantio dos “primeiros brotos na terra”, em novembro de 1999 (Salgado 2014). O resultado conseguido na Fazenda Bulcão conferiu ao IT legitimidade para estender sua atuação na região. Além do objetivo de “reconstituir o ecossistema florestal da propriedade”, atualmente são desenvolvidos projetos de restauração em outras propriedades no Vale do Rio Doce, recuperação de nascentes, formação de quadros capacitados em regeneração de áreas degradadas e na educação ambiental.¹³

Para entendermos os propósitos de Sebastião Salgado com o IT, é preciso vê-lo como um aimoreense: “Nasci em 1944, no estado de Minas Gerais, em uma fazenda situada dentro de um grande vale, o chamado Vale do Rio Doce, que leva o nome do rio que o irriga. (...) Quando era criança, a Mata Atlântica cobria metade desse vale. Mas isso foi antes de o Brasil entrar numa economia de mercado e começar, como no resto do mundo, a devastar suas florestas. A fazenda de meu pai era grande e autossuficiente, nela viviam cerca de trinta famílias. (...) Tenho lembranças maravilhosas de menino. Eu brincava em grandes espaços abertos, havia água por toda parte...” (Salgado 2014)¹⁴

Depois da anistia política (1979), Sebastião Salgado e Lélia Wanick puderam retornar ao Brasil, e nas visitas subsequentes, encontraram a terra nua, por onde a chuva corria levando os sedimentos para os cursos d’água (Salgado 2014).¹⁵ “As famosas perobas, primas do carvalho, e várias outras espécies, tinham sido utilizadas para mobiliar as casas das cidades brasileiras em plena expansão e para produzir o carvão vegetal da siderurgia” (Salgado 2014). Ainda em vida Sebastião pai havia passado a propriedade da fazenda Bulcão para os filhos, e Sebastião Salgado, o filho, comprou das sete irmãs as partes da herança.¹⁶ Quando visitou a propriedade, junto com a esposa Lélia, ele tinha acabado o trabalho de seis anos, que resultou em dois livros – *Êxodos* e *Retratos de crianças do êxodo* –, publicados em 2000. Salgado conta que se encontrava “deprimido, afundava no pessimismo” em função do projeto “Êxodo” e que o cenário que encontrou, ao chegar na fazenda Bulcão, estava tão doente como ele: “Quantas árvores derrubadas, paisagens arruinadas, ecossistemas destruídos. Pensei então em montar um projeto para denunciar a poluição e a destruição das florestas. Enquanto isso, Lélia tivera a ideia genial de reflorestar a terra devastada que tínhamos recebido de meus pais, em 1990, no Brasil. Tínhamos embarcado nessa louca aventura e, de repente, as árvores renasciam” (Salgado 2014).

Ainda seguindo o depoimento de Salgado, a ideia de restaurar foi de Lélia: “um dia me disse: ‘Sebastião, vamos replantar’”, porém eles não tinham qualquer noção de como fazer isso. “Renato de Jesus, um engenheiro célebre por seu trabalho de recuperação de ecossistemas” elaborou o projeto, no qual calculava a necessidade do “plantio de 2,5 milhões de árvores! Além disso, deveríamos atentar para a diversidade” (Salgado 2014). Para a realização da ideia proposta por Lélia, mas uma vez destacamos a participação do pesquisador do ICB/UFMG, Célio Valle, conforme as palavras do próprio Sebastião Salgado:

Marquei um encontro com o Banco Mundial, em Washington. Fui recebido por pessoas que acharam a ideia completamente maluca e engraçada. Mesmo assim, nos colocaram em contato com uma rede ecológica brasileira muito interessante. Seus membros estavam quase todos sediados em meu estado, Minas Gerais. Foi assim que descobrimos outro ‘maluco’, o diretor dos parques e florestas de Minas Gerais, Célio Murilo Valle. Ele imediatamente se entusiasmou e nos prometeu ajuda. Com ele, criamos o primeiro parque nacional do Brasil em terras completamente degradadas, com a única promessa de rearborear tudo com espécies da flora nativa. Desde então, a terra de meus pais se tornou protegida: tornando-se RPPN, nunca mais poderá ser utilizada como terreno agrícola. No início, meu pai não acreditou

¹³ O Instituto Terra atua em três campos: reflorestamento, educação ambiental pesquisa científica.

¹⁴ Sebastião Salgado nasceu no município de Aimorés, no Leste do Estado de Minas Gerais, que não apenas marca o limite com o Estado do Espírito Santo, mas também a passagem do médio para o baixo curso do rio Doce.

¹⁵ Sebastião Salgado e Lélia, logo após o casamento, mudaram para São Paulo, onde ele iria cursar o mestrado em Economia. Os dois se envolveram com as organizações clandestinas de luta contra a ditadura militar, implantada em 1964. Com o crescente risco de serem presos, os dois embarcaram para a França, em meados de 1969, por decisão do grupo político.

¹⁶ Sebastião Salgado pai faleceu em 2002, tendo presenciado o início da restauração da fazenda, depois dessa ter sido transformada em RPPN-FB.



muito em nosso projeto. Pensava, acima de tudo, que nossa utopia de cidadãos urbanos nos arruinaria. Mas quando morreu, aos 95 anos, já tivera tempo de ver que as árvores haviam recuperado seus direitos (Salgado 2014).

A fazenda Bulcão apresentava o cenário comum às demais propriedades do município de Aimorés e do Vale do Rio Doce. Em depoimentos do casal, o objetivo de restauração é sempre reafirmado: “devolver à natureza o que décadas de degradação ambiental destruiu”.

O primeiro passo foi transformar a área em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – Fazenda Bulcão. O título foi obtido de maneira inédita em outubro de 1998, sendo o primeiro reconhecimento ambiental concedido no Brasil a uma propriedade completamente degradada, diante do compromisso de vir a ser reflorestada.¹⁷

A mineradora Vale S.A., parceira do IT desde sua criação, doou 67.744 mudas de espécies nativas de Mata Atlântica e forneceu pessoal e o apoio técnico para o primeiro plantio, em fins de 1999, provenientes da Reserva Natural Vale (RNV).¹⁸ O projeto foi elaborado pelo engenheiro florestal Renato de Jesus, diretor da RNV e responsável pelos projetos de reflorestamento da empresa.¹⁹ “Os dirigentes da companhia mineradora local, então chamada Vale do Rio Doce, para a qual Renato de Jesus trabalhava, também acharam nossa ideia maluca, mas aceitaram nos ajudar” (Salgado 2014).

O IT se estabeleceu com três linhas de atuação: restauração florestal, educação ambiental e desenvolvimento de pesquisas. Para as duas primeiras linhas foram envolvidos alunos das escolas do município de Aimorés. “Nascia assim a proposta maior do Instituto Terra: compartilhar com a comunidade de seu entorno todo o conhecimento adquirido na restauração ambiental dos 608,69 hectares da RPPN FB”.²⁰ Em 2001, o IT iniciou seu próprio viveiro, com apoio da Aliança para Conservação da Mata Atlântica (Fundação SOS Mata Atlântica e Conservation International do Brasil), sendo ampliado no ano seguinte com recursos financiados pelo Ministério do Meio Ambiente. Por meio do convênio assinado com o Governo de Minas Gerais, através do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas, o viveiro cumpriu a meta de produzir um milhão de mudas.²¹

O IT surgiu com uma larga rede de apoiadores financeiros. O primeiro financiamento de US\$ 500 mil veio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), ficando o casal Salgado obrigado a conseguir a contrapartida de outros US\$ 500 mil, que vieram da empresa brasileira Natura S.A. e de fundações e pessoas físicas dos Estados Unidos.

É notável a diferença em relação a RPPN-FMA, quando se trata das parcerias e apoios mobilizados. O IT, desde sua criação, totalizou 79 parceiros no Brasil, incluindo grandes empresas, governos e terceiro setor, bem como, 80 doadores estrangeiros (EUA, França, Itália, Espanha e Alemanha), incluindo empresas, governos e, principalmente, fundações norte-americanas. Atualmente, entre outros, conta com o apoio da Fundação Banco do Brasil, Energias de Portugal/EDP (empresa do setor elétrico que opera a UHE Mascarenhas, no Rio Doce) e a Fundação Renova, encarregada da reparação/restauração dos impactos provocados pelo desastre-crime

¹⁷ Instituto Terra. Sobre a Instituição. Online. <https://institutoterra.org/o-instituto/>. Consultada em 10 de abril de 2022.

¹⁸ VALE. Projeto de recuperação ambiental apoiado pela Vale completa 15 anos. Online <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/projeto-de-recuperacao-ambiental-apoiado-pela-vale-completa-15-anos.aspx>. Consultada em 10 de abril de 2022. A Reserva Natural Vale - RNV, criada em 1951, está localizada no município de Linhares/ES, à distância de cerca de 158 quilômetros do Instituto Terra, via a BR-259 e ES-248.

¹⁹ Instituto Terra. O projeto-Mãe de Restauração. Online. <https://institutoterra.org/memoria/>.

²⁰ Instituto Terra. Sobre a Instituição. Op.. Cit.

²¹ Instituto Terra. O primeiro viveiro. Online. <https://institutoterra.org/memoria/>. Acessado em 10 de abril de 2022.



minerário da Vale/BHP/Samarco. Também tem apoio de cinco instituições do exterior: Coopservice Societa Cooperativa; Fundação Genovaise; TASCHEN; Foundation de France – Lemachand e Zurich Versicherungs.²²

No site do IT, ao acessar a aba “Memória”, o visitante é impactado pela imagem de abertura, uma fotografia colorida na qual se pode observar o estado de degradação em que se encontrava a propriedade, no ano de 2000.²³ O trunfo do IT é a RPPN Fazenda Bulcão, onde as pastagens degradadas hoje dão lugar a “floresta com diversidade de espécies da flora de Mata Atlântica”, onde “as nascentes voltam a jorrar e espécies da fauna brasileira, em risco de extinção, voltam a ter um refúgio seguro”.²⁴ Mas icônicas são as citadas duas fotografias de Sebastião Salgado (de 2001 e de 2013), que abrem a página sobre o Instituto Terra, reproduzidas abaixo



Figura 1. RPPN Fazenda Bulcão 2001/2013. Fonte: Fotografia de Sebastião Salgado Instituto Terra. O que antes era pasto agora é floresta. Disponível em <https://institutoterra.org/o-instituto/>. Consultada em 10 de abril de 2022.

Gonçalves e Laruccia (2016) buscam analisar essas fotos icônicas, pois são imagens “impactantes e midiáticas”, por documentar a restauração da “biodiversidade em terras degradadas”. Para os autores a RPPN-FB é “exemplo de proteção particular da natureza” e conta com a capacidade de Sebastião Salgado utilizar o reconhecimento global da sua obra. Apoiando-se em Maiara Muritibs,²⁵ eles relacionam o uso do preto e branco à dor, desespero e ausência de informação, direcionando a atenção do visitante para o objetivo pretendido, conforme anunciado no título da página.

Afora o impacto negativo (na de 2001) e o positivo (na de 2013), para quem as observa, e teve a oportunidade de comprovar *in-loco* nessa viagem ao Vale, as imagens provocam reflexões de caráter político, social, econômico e ambiental. Afinal por que se chegou a essa situação em toda a costa brasileira? O que ainda pode ser feito para recuperar e preservar o bioma em outras fazendas? Faz sentido desmatar em pleno século 21 para plantar tanto eucalipto? Criar pastagens para uma atividade agropecuária de baixa produtividade? Qual o futuro da região se os rios continuarem morrendo? O que será das populações? (Gonçalves & Laruccia 2016).

A evidência conseguida pelo IT e a capacidade de estabelecer parcerias e fontes de financiamento dependeram diretamente do sucesso do fotógrafo Sebastião Salgado. Entretanto, isso não seria suficiente se não fosse utilizado junto, estrategicamente, as suas fotografias combinadas com múltiplas ações de comunicação. Conforme observa Torres e Cosenza (2002), para além das diferenças de infraestrutura e número

²² Instituto Terra. Patrocínios, parcerias e doações. Online <https://institutoterra.org/parceiros-e-doadores/>. Consultada em 10 de abril de 2022.

²³ Não tem identificação se é de autoria de Sebastião Salgado, pois aparece como fonte “foto do Arquivo Instituto Terra”. Online. <https://institutoterra.org/memorial/>. Consultada em 10 de abril de 2022.

²⁴ Instituto Terra. O que antes era pasto agora é floresta. Disponível em <https://institutoterra.org/o-instituto/>. Acessado em 10 de abril de 2022.

²⁵ Maiara Muritibs. Sebastião Salgado. (São Paulo: Fólios. Centro Mario Schenberg de Documentação da Pesquisa em Artes - ECA/USP.) Online http://www2.eca.usp.br/cms/index.php?option=com_content&-view=article&id=67:sebastiao-salgado&catid=14:folios&Itemid=10. Acesso. Consultada em 20 de abril de 2022.



de funcionários do IT, comparado com a RPPN-FMA, de Caratinga, o que diferencia as duas RPPN é uma comunicação estratégica do primeiro.

O Instituto Terra utiliza um sistema de comunicação externa com propósito de atingir a sociedade, e mais detalhadamente objetivando grupos e organizações específicas, procurando manter uma relação de transparência sobre as ações e projetos desenvolvidos, explorando espaços de divulgação que não exijam altos custos de investimento financeiro e impactem minimamente o meio ambiente. Os investimentos em propaganda são estabelecidos com o máximo de critério, buscando parcerias ou mesmo identificando oportunidades de divulgação. Torres e Cosenza (2002).

A presença de Sebastião Salgado atrai a mídia nacional e internacional. Sebastião Salgado “percorreu o ‘mar de lama’, em 2015, e presenciou cenas dramáticas na natureza”. Perguntado sobre quais eram “as últimas notícias de sua peregrinação pelo Rio Doce”, respondeu:

As notícias são péssimas. Hoje vim descendo até Colatina, Espírito Santo. Antes, passei por um distrito, Itapina, onde o rio estava morto. Continuei descendo, mais veloz que as águas, e quando cheguei a Colatina, ainda estava lindo, como sempre. Foi a última vez que eu vi o rio vivo. Fui embora e agora sei que morreu. O rio agora é uma calha estéril cheio de lama (Gazeta do Povo 2015).

Entretanto a resposta à tragédia do desastre não centra na denúncia, mas busca intensificar as ações de restauração, a exemplo do *Programa Olhos D’Água* cuja meta é recuperar mais de 300 mil nascentes de afluentes do Rio Doce. O fato de o Instituto Terra projetar o Vale do Rio Doce e a questão ambiental gera uma grande oportunidade para os municípios da região, particularmente por não centrar no discurso sobre os problemas, mas na apresentação de soluções e exemplos de sucesso, fundamentada numa visão de futuro marcada pela restauração florestal e hídrica, associada ao desenvolvimento sustentável.

Essa força midiática, no entanto, não deixa de expressar tensões como perceberam Bruzzo e Guido, ao analisar a reportagem da TV Cultura sobre o Instituto Terra (Bruzzo & Guido 2012). Por trás podem estar questões que também são marcantes na formação histórica do vale do rio Doce. Em 22 anos de atuação, desde o primeiro plantio em 1999, o Instituto Terra recompôs a cobertura florestal de 608,69 hectares da RPPN-FB. No processo de transformação da paisagem, ao longo desse tempo, também se deu a melhoria do solo, recuperação de nascentes e perenidade dos cursos d’água, particularmente do córrego Bulcão. A RPPN se tornou um refúgio de vida silvestre para 172 espécies de aves, sendo que seis delas estão ameaçadas de extinção; 33 espécies de mamíferos, sendo duas delas em extinção (categoria de vulnerável) no mundo; 15 espécies de anfíbios; 15 de espécies de répteis e 293 espécies vegetais.²⁶

Esse processo de restauração resultou numa transformação biocultural, visto que junto com a natureza também se modifica a mentalidade e percepções das pessoas da comunitária. Não existe dúvida de que a visibilidade de Sebastião Salgado em todas as mídias nacionais e internacionais foi uma vantagem sem igual para os projetos do IT, porém o principal trunfo, sem o qual nada teria dado certo, foi a capacidade de Lélia e Sebastião Salgado de conquistarem a confiança local, de se colocarem como filhos da terra.

5. Recuperação: CAT - Uma Trajetória Agroecológica

O Centro Agroecológico Tamanduá – CAT - é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 23 de setembro de 1989.²⁷ Na década de sua constituição o Brasil vivenciava uma (re)ascensão dos

²⁶Instituto Terra. Restauração Ecológica. Online. <https://institutoterra.org/atuacao/>. Consultada em 10 de abril de 2022.

²⁷ As informações aqui apresentadas foram retiradas dos relatórios da entidade e sintetizadas pela responsável pela equipe técnica (Bianca de Jesus Souza), além de representar o conhecimento dos autores Haruf Salmen Espindola, membro do Conselho Diretor, desde a fundação, e Maria Terezinha Bretas Vilarino, sócia fundadora e atual coordenadora financeira do CAT.



movimentos sociais populares reprimidos pela ditadura militar, iniciada em 1964, entre eles os movimentos trabalhadores rurais e a luta pela reforma agrária (Espindola et al. 2019). Nesse contexto, também emergiram os grupos engajados na construção de uma agricultura alternativa agroecológica, crítica e contraposta ao modelo de agricultura convencional baseado no pacote tecnológico da revolução verde.

O CAT, a partir da experiência comum de trabalhadores(as) rurais, em conjunto com pesquisadores, agentes pastorais e profissionais de diversas áreas, tem como missão institucional, o fortalecimento agroecológico da agricultura familiar no Vale do Rio Doce, contribuindo para o desenvolvimento local, através do incentivo ao fortalecimento das organizações comunitárias e da rede de economia popular solidária, tendo como princípios: a agroecologia, recuperação ambiental, geração de renda, auto organização dos agricultores e agricultoras como atores políticos, auto-gestão, construção coletiva do conhecimento, respeito às diferenças étnicas e culturais e equidade nas relações de gênero.

Ressalte-se que desde a sua fundação o CAT atua em parceria com as organizações de agricultores e agricultoras e desenvolveu projetos em cooperação com Universidades e instituições públicas e privadas. A sustentação financeira da entidade vem do apoio recebido da MISEREOR, entidade da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação e desenvolvimento. O CAT recorreu sempre a editais públicos e privados, particularmente de órgãos públicos e fundações nacionais, para financiar os diferentes projetos executados nas últimas três décadas. O CAT faz parte da Articulação Mineira de Agroecologia, que é uma rede estadual de organizações, cujo objetivo é assegurar apoio e assessoria às ONGs e organizações representativas de agricultura familiar que atuam sob os princípios da Agroecologia nas dez macrorregiões que compõem o estado de Minas Gerais.

As primeiras iniciativas do CAT foram de promoção de encontros com lideranças da agricultura familiar para debater a realidade ambiental do Vale do Rio Doce, as consequências da degradação dos solos e recursos hídricos decorrentes do sistema tradicional de agropecuária praticado na região. Esse sistema pode ser assim resumido: os grandes e médios proprietários praticam uma pecuária extensiva de engorda de gado bovino, com uso do fogo como manejo das pastagens; os pequenos proprietários criam algumas cabeças de gado bovino como forma de poupança e, conforme o município e a característica da área, mantém uma monocultura agrícola comercial ou praticam uma agricultura de subsistência associada à produção hortigranjeira para os mercados locais, particularmente feiras livres, com uso de sementes híbridas, adubos sintéticos e agrotóxicos.

Nesse sentido, o trabalho realizado visou sensibilizar diferentes comunidades rurais do município de Governador Valadares e médio Rio Doce, para a necessidade de construir alternativas ao modelo existente, com base na recuperação ambiental, agroecologia e sistemas agroflorestais.

Em 32 anos de atuação, o CAT é amplamente reconhecido por ter introduzido mudanças significativas na vida de camponeses e camponesas e nas comunidades onde atua. Atualmente, o CAT desenvolve seus trabalhos nos municípios que compõem o Território Médio Rio Doce.²⁸

²⁸ Minas Gerais. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Perfil Territorial. Médio Rio Doce – MG. Online. http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_058_M%C3%83%C2%A9dio%20-Rio%20Doce%20-%20MG.pdf.

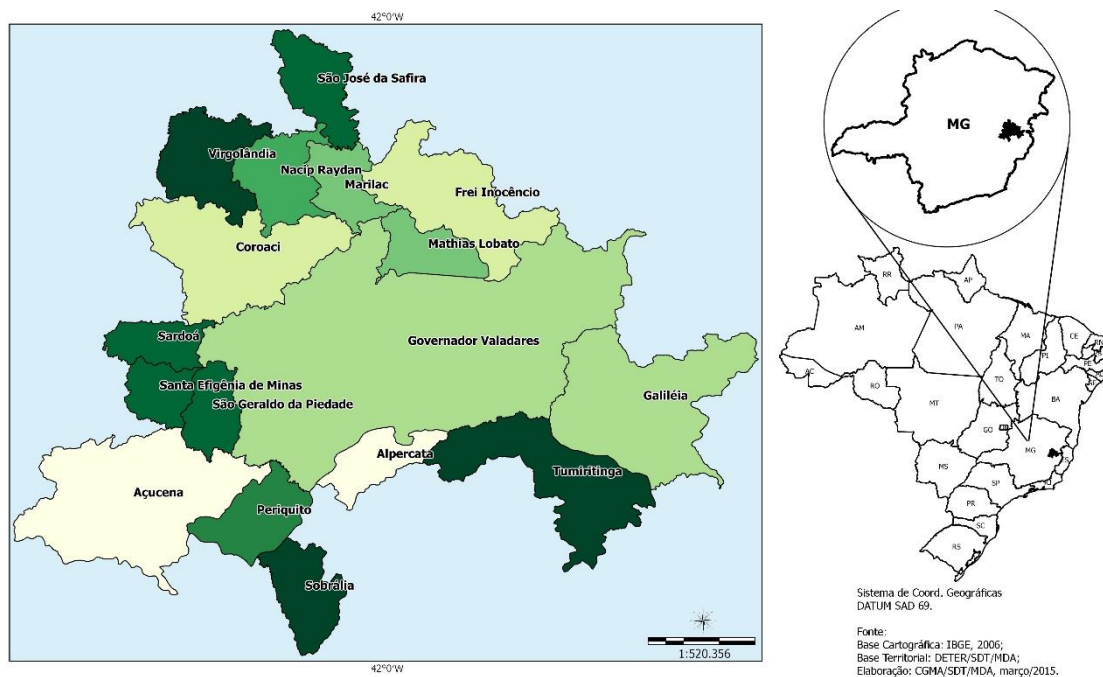


Figura 2. Território Médio Rio Doce – MG. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Perfil Territorial. Médio Rio Doce – MG.

Na primeira década os projetos do CAT contaram com financiamento da agência de cooperação *The Inter-American Foundation* – IAF –, agência independente do governo dos Estados Unidos que financia o desenvolvimento local para comunidades na América Latina e no Caribe. Essa fase foi marcada pelo trabalho de fortalecimento da autonomia de comunidades de agricultores familiares, assessorando sua auto-organização e, ao mesmo tempo, desenvolvendo experimentação de práticas agroecológicas nos sistemas produtivos. O maior sucesso obtido nessa fase foram as práticas experimentadas de resgate e melhoramento de variedades de milho crioulo e a adubação verde. O CAT participou do esforço nacional de resgate das variedades de milho ainda sob o domínio dos agricultores e este material genético foi testado, comparativamente com as variedades comerciais, nas diversas condições ambientais das regiões brasileiras.

A instalação dos ensaios de milho crioulo surgiu a partir da percepção de que o patrimônio genético que foi historicamente preservado e melhorado pelos pequenos agricultores estava sendo perdido com a introdução das variedades comerciais, principalmente dos híbridos. O município de Sobralia (MG) se destacou com o resgate da semente crioula a partir do milho de paiol, onde os próprios camponeses com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobralia e assessoria do CAT resgataram o Milho Caiano de Sobralia,²⁹ ganhador de ensaio nacional e utilizado em ensaios pela Embrapa em Muqui/ES e Seropédica/RJ nos anos agrícolas 2000/2001 e 2001/2002, além de apresentar a melhor resposta de variedades de milho a níveis de fontes de nitrogênio (Machado et al. 2002; Machado et al. 2003).

Em 1994, o CAT iniciou uma atividade de recuperação de áreas degradadas por meio de ensaio de leguminosas no município de Capitão Andrade (MG). Com aprovação de um projeto pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, em 1995, conduziu experiência piloto para recuperar áreas com a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) na comunidade quilombola de Ilha Funda, município de Periquito (MG), com enorme

²⁹ Grupo de pesquisa em agricultura familiar dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / UFVJM - GPAF-Vales. Memórias agroecológicas n.03: agrobiodiversidade e recursos genéticos/Grupo de pesquisa em agricultura familiar dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / UFVJM - GPAF-Vales. – Diamantina: UFVJM, 2009, p. 45.



sucesso na recuperação ambiental de área degradada, construção de quintais agroflorestais e mudança de mentalidade (Figura 3).

Em 1996 três Assentamentos de Reforma Agrária que se constituíram no Território do Médio Rio Doce e duas comunidades de agricultura familiar aderiram ao projeto de implantação de SAFs via Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente (PDA/MMA). A recuperação ambiental das áreas pelos agricultores e agricultoras experimentadores repercutiu na melhoria da disponibilidade hídrica, que combinadas com a recuperação de sementes e a agricultura agroecológica, ampliam a autonomia das comunidades de agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária, consolidam a identidade comunitária e, desta forma, fortalecem a territorialidade camponesa.

A partir do acúmulo de conhecimento com essas experiências, criou-se em 2001, o Grupo de Agricultores, Experimentadores e Monitores de Sistemas Agroecológicos – AEMSAS – com objetivo central de intervir para promover a restauração/recuperação ambiental e ecológico no Vale do Rio Doce, no território de atuação do Centro Agroecológico Tamanduá – CAT. Os camponeses e camponesas atuaram em todas as etapas do processo: planejamento, experimentação, monitoramento, discussão dos resultados, difusão. O projeto visou a recuperação ambiental de áreas degradadas, a segurança alimentar das famílias por meio dos quintais agroflorestais e a geração de emprego e renda com a venda dos produtos.

O Grupo AEMSAS constituiu um espaço de construção coletiva do conhecimento, promovendo a reflexão e a análise crítica das ações e criando momentos ricos de debates e aprendizados (Resende et al. 2007). As experiências foram em cinco municípios do Vale do Rio Doce: Governador Valadares, Periquito, Sobrália, Tumiritinga e São José da Safira, envolvendo quatro comunidades de agricultura familiar e quatro assentamentos de reforma agrária. Foi importante para o sucesso do Grupo AEMSAS o apoio recebido dos sindicatos de trabalhadores rurais e das associações de pequenos agricultores e agricultoras dos municípios envolvidos, bem como entidades parceiras na troca de experiências, tais como Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata (CTA-ZM), EMBRAPA-RJ e Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores (ARMICOPA).

Claudia Luz, em publicação da ANA – Associação Nacional de Agroecologia, ressalta o desse processo de construção coletiva de conhecimento agroecológico a partir da saberes tradicionais desse grupo: “Entre os aspectos mais relevantes do trabalho, apontamos o processo de apropriação e tradução das propostas de manejo agroflorestal para os arredores da casa e o refinado conhecimento que os agricultores e agricultoras desenvolveram nessa caminhada” (Luz 2007).

Durante o desenvolvimento do projeto de recuperação florestal pelo Grupo AEMSAS/CAT foram realizados encontros de formação e difusão da agroecologia e dos quintais agroflorestais. Como o aumento do número de famílias camponesas a experimentarem os Sistemas Agroecológicos, houve ainda maior recuperação de nascentes e dos solos, aumento da biodiversidade, retorno de diferentes espécies animais, particularmente pássaros, confirmando sua viabilidade. Os experimentos melhoraram a autonomia dos envolvidos, tanto no uso de insumos como nos conhecimentos a respeito de todas as etapas dos projetos experimentais. Isso foi importante, pois com o fim do projeto, ao encerrar os financiamentos, não se interromperam os trabalhos e práticas desenvolvidas nas comunidades e sua difusão (Resende et al. 2007).³⁰

³⁰ O CAT contou com recurso e apoio de diferentes fontes de financiamento.



Figura 3. Projeto Agroflorestal na Comunidade Quilombola Ilha Funda, Periquito/MG. Da direita para esquerda: vertente sem intervenção do projeto; vertente recuperada pelas camponesas e camponeses experimentadores; visão geral do quintal agroflorestal com a residência ao centro; diversidade de culturas e árvores da floresta atlântica no quintal. Fonte: Imagem da área degradada e recuperada, feita na época das secas, por Haruf Salmen Espindola; Imagem do quintal agroflorestal é de Maria do Carmo Silva, da Comunidade Quilombola de Ilha Funda e atual Coordenadora Geral do CAT.

Os experimentos continuaram a ser utilizados como áreas demonstrativas e de capacitação de agricultores(as) e de técnicos(as), contribuindo para que outras famílias adotassem tais práticas, além de receber pesquisadores de diferentes Universidades interessados em estudar os resultados para restauração/recuperação da Mata Atlântica e da biodiversidade.

Um exemplo da replicação do conhecimento construído coletivamente pelo grupo AEMSAS foi a participação de dois agricultores do grupo em um intercâmbio de experiências promovido pela ARMICOPA, em 2010, em comunidades do Vale do Mucuri. A camponesa da comunidade de Caixa Larga, do município de Sobralia/Vale do Rio Doce, assim se expressou sobre o grupo de experimentadores para seus anfitriões do vale do Mucuri: “Este grupo era o grupo dos doidos, todo mundo falava, mas hoje eu tenho a convicção e sou prova que não é 'grupo dos doido' nada” (Neto et al. 2011).

A experiência alcançada pelos camponeses e camponesas experimentadores do Grupo AEMSAS resultou na iniciativa surgida em 2004, que levou à formação da Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica – CRESAFA, com objetivo de vender a produção dos seus experimentos (quintais agroecológicos e sistemas agroflorestais) que frutificaram e se expandiram.

6. Conclusão

Nas últimas três décadas os trabalhos de história ambiental sobre a região do Vale do Rio Doce se concentraram nos estudos da devastação e colapso ambiental que decorreram da ocupação demográfica e econômica no século XX. Entretanto, ao se buscar aqueles que remaram contra a força da corrente de devastação florestal, depara-se com muitos resultados positivos.

Voltar o olhar para histórias de conservação e restauração ambiental, bem como para os atores que estiveram à frente das iniciativas que resultaram na existência atual de diferentes áreas protegidas na bacia do rio Doce, coloca em evidência o que fica em segundo plano numa narrativa trágica.



Compreendendo que é necessário a valorização e divulgação de movimentos contra a corrente, nosso objetivo foi apresentar exemplos de particulares no campo da conservação, restauração e recuperação ambiental na região do Vale do Rio Doce. Foram apresentadas duas RPPN, uma no campo da conservação e outra da recuperação, além de um terceiro caso envolvendo ações de recuperação ambiental em comunidade camponesa.

Retomando o que foi dito no início, ao nos referirmos à ética biocultural, podemos encontrar nos três casos estudados pessoas movidas pela ética que considera como fundamental o modo como nós humanos devemos coabitar no mundo. São atitudes e ações de conservação, restauração e recuperação que expressam objetivos morais dos envolvidos e, ao mesmo tempo, forte compromisso político com a natureza e a ciência.

Referências

- Aguirre AC 1971. Mono Brachyteles arachnoides, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Ciências.
- Almeida CA 1959. O desbravamento das selvas do Rio Doce. Rio de Janeiro, J. Olímpio.
- Barbieri AF et al. 1997. Estrutura econômica regional e meio ambiente. In Paula JA (orgs.), *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, p. 155-198.
- Benevides FCM, Fanco JLA, Braz VS 2017. História dos Projetos de Conservação de Espécies da Fauna no Brasil. *História Revista* 22:83-107. Available from: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/46858>.
- Borges, MEL 1988. Utopia e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas gerais (1950-1964). Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Mma.gov.br [homepage on the Internet]. Mata Atlântica. [cited 2022 abr 10]. Available from: https://antigo.mma.gov.br/biomas/mataatl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento.html#:~:text=A%20Mata%20Atl%C3%A2ntica%20%C3%A9%20composta,manguezais%2C%20vegeta%C3%A7%C3%B5es%20de%20restingas%2C%20campos.
- Brito F et al. 1997. A ocupação do território e a devastação da Mata Atlântica. In Paula JA (org.), *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, p. 49-89
- Bruzzo CG, Lúcia E 2012. Ecologia na Televisão: que se espera da TV Pública. *ETD – Educ. Tem. Dig.* 14 (jan./jun.): 141-159. Available from: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1245>.
- Costa, HSM 1995. Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria a diversidade do meio ambiente urbano. Belo Horizonte, UFMG.
- Cronon W 1992. A Place for Stories: nature, history and narrative. *Journal of American Story* 78 (march):1347-1376.
- COMPANHIAVALE DO RIO DOCE 1963. *Perspectivas de Desenvolvimento Industrial da Região do Rio Doce*. São Paulo: SERETE 1963, 3v.
- COMPANHIAVALE DO RIO DOCE 1969. *Desenvolvimento Agropecuário da Região de Influência da CVRD: estudo básico*. São Paulo: SEITEC 1969.
- Dean, W 1996. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Cia das Letras.
- Egler WA 1951. A zona pioneira ao norte do rio Doce. *Revista Brasileira de Geografia* 13 (abr./jun.): 223-246.
- Espindola HS; Guerra CG 2018. The Ongoing Danger of Large-Scale Mining on the Rio Doce: An Account of Brazil's Largest Biocultural Disaster. In Rozzi R et al., *Biocultural Homogenization to Biocultural Conservation*, 3thed. Basiléia: Springer, p. 97-108.
- Espindola HS, Nodari ES, Santos MA 2019. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG), *Revista Brasileira de História*, 39:141-162.



- Espindola HS 2005. Sertão do Rio Doce. (Bauru: Edusc).
- Espindola HS; Wendling, IJ 2008. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, p. 177-197.
- Espindola, HS, Morais JCPP, Aquino BP, Guimaraes DJM, Siqueira NL 2013. Expansão do capital e apropriação de terras florestais no processo de industrialização do Brasil (1891-1960). *Coimbra, CESCOCONTEXTTO*, v. 1, p. 260-296 2013. Available from: http://www.ces-uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_i.pdf.
- Espindola HS 2015. Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 4:160-206. Available from: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1287>.
- Espindola HS. 2015. O rio Doce e a emancipação da economia nacional (Brasil). *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)* 5: 10-27.
- Espindola HS et al., 2017. Território da mineração: uma contribuição teórica, *Revista Brasileira de Geografia*, 62: 67-93.
- Espindola, HS 2010. Apropriação de terras devolutas e organização territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In Espindola HS, Jean LN, *Território, sociedade e modernidade*, Governador Valadares: Editora Univale, p. 19-58. Available from: http://www2.univale.br/central_arquivos/arquivos/territoriosociedademodernizacao_eletronico.pdf.
- Espindola HS 2016. Território, fronteira e natureza no vale do rio Doce. In Franco JLA, Silva SD, Drummond JÁ, Tavares GG (orgs.). *História Ambiental Territórios, fronteiras e biodiversidade*, Rio de Janeiro: Garamond, p. 201-236.
- Espindola HS et al. 2019. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares: retomada da luta pela terra no Vale do Rio Doce (1988-1996). In Vilarino MT, Genovez PF (orgs.). *Caminhos da Luta pela Terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias*, Governador Valadares: Editora Univale. p. 94-128. Available from: <https://projetosbic.wixsite.com/lutapelaterra/livros>.
- Fonseca, MT (Ed.) 2003. A RPPN Feliciano Miguel Abdala e os 20 anos da Estação Biológica de Caratinga. Belo Horizonte, Conservation International do Brasil.
- Franco JLA 2021. A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN): História das áreas protegidas e das espécies ameaçadas de extinção no Brasil. In Dichdji A, Pereira EM (orgs.). *Protección de la naturaleza: narrativas y discursos*, (Buenos Aires: Teseo) p. 169-205. Available from: <https://www.teseopress.com/coleccionargentinabrasilv1/chapter/a-fundacao-brasileira-para-a-conservacao-da-natureza>.
- Franco JLAD, José AD 2010. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A.*, 17: 59–84.
- Biodiversitas.org.br [homepage on the Internet]. Nossa História. [updated 2021; cited 2022 Abr 10]. Available from: <https://biodiversitas.org.br/quem-somos/>.
- Gauld, C 2006. Farquhar. O Último Titã: Um Empreendedor Americano na América Latina. São Paulo, Editora de Cultura.
- gazetadopovo.com.br [homepage on the Internet]. ‘O rio agora é uma calha estéril cheia de lama’, diz Sebastião Salgado”, .[updated 2015 Nov 20 cited 2022 Abr 10]. Available from: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-rio-agora-e-uma-calha-esteril-cheia-de-lama-diz-sebastiao-salgado-5mdzp7aw80qu9lx06rq5bkc1/?ref=link-interno-materia>.
- Gonçalves DSL, Mauro M 2016. Uma viagem ao Vale do Rio Doce: a biodiversidade renasce nas fotos de Sebastião Salgado. *Augusto Guzzo Revista Acadêmica* 17: 300-317.



- Governo de Minas Gerais 1989. Economia mineira – 1989: diagnóstico e perspectivas. Belo Horizonte, BDMG, v.5.
- Guerra, C 1995. Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto. Belo Horizonte, Associação Agência Terra.
- Heinsdijk D, Macedo JG, Andei S, Ascoly R 1965. A floresta do norte do Espírito Santo - Dados e conclusões dum inventário florestal piloto. Boletim do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura 7.
- Hueck, K 1972. As florestas da América do Sul. São Paulo, Brasília, Polígono, Ed. UnB.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 1987. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Folha SE. 24 Rio Doce: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro: IBGE, 34. Available from: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=219971>.
- institutoterra.org/ [homepage on the Internet]. O primeiro viveiro [cited 2022 Abr 10]. Available from: <https://institutoterra.org/memoria/>.
- institutoterra.org/ [homepage on the Internet]. O projeto-Mãe de Restauração. [cited 2022 Abr 10]. Available from: <https://institutoterra.org/memoria/>.
- institutoterra.org/ [homepage on the Internet]. Patrocínios, parcerias e doações. [cited 2022 Abr 10]. Available from: <https://institutoterra.org/parceiros-e-doadores/>.
- institutoterra.org/ [homepage on the Internet]. Restauração Ecológica. [cited 2022 Abr 10]. Available from: <https://institutoterra.org/atuacao/>.
- institutoterra.org/ [homepage on the Internet]. Sobre a Instituição. [cited 2022 Abr 10]. Available from: <https://institutoterra.org/o-instituto/>.
- Siman LC 1988. A história na memória: uma contribuição para o ensino de história das cidades. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG, p. 77, 78, 248.
- Luz C 2007. Articulação Mineira de Agroecologia: o papel das redes na construção do conhecimento agroecológico. In Articulação Nacional de Agroecologia, Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia- Construção do Conhecimento Agroecológico Novos Papéis, Novas Identidades (junho 2007). Available from: <http://aspta.org.br/files/2020/04/Construcao-Conhecimento-Agroecol%C3%B3gico-Novos-Pap%C3%A9is-Novas-Identidades-ANA-2007.pdf>.
- Machado AT et al. 2002. Manejo da diversidade genética do milho e melhoramento participativo em comunidades agrícolas nos Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados.
- Machado AT et. al. 2003. Respostas de variedades de milho a níveis de fontes de nitrogênio. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados.
- Marcílio A. 1961. O problema das terras devolutas e suas matas no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Santa Maria.
- Mattos IM 2004. Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru, Edusc-Anpocs.
- Merchant C 1990. Gender and Environmental History. The Journal of American History 4 (march): 1117-1121.
- Mesquita CABV, Maria CW 2004. RPPN – Reservas particulares do patrimônio natural da mata atlântica. São Paulo, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
- Miranda S 1949. Rio Doce (impressões de uma época). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.
- Monte-Mor R et al. 1997. Ocupação do território e estrutura urbana. In Paula JA, *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB, p. 91-154.



- Muritibs M. Sebastião Salgado. Centro Mario Schenberg de Documentação da Pesquisa em Artes - ECA/USP [serial on the Internet] [cited 2022 Abr 20]. Available from: http://www2.eca.usp.br/cms/index.php?option=com_content&-view=article&id=67:sebastiao-salgado&catid=14:folios&Itemid=10.
- Neto NML, Moreira GDLB, Rodrigues CC, Martins RR, FAVERO C, 2011. Experiências de intercâmbio entre agricultores/as: Valorizando a prática camponesa de socialização de saberes no Vale do Mucuri, Minas Gerais. *Cadernos Agroecológicos*, 6: 1-5.
- Nishimura A 1979. In search of the woolly spider monkey. *Kyoto University Overseas Reports of New World Monkeys* 1: 21-37.
- Oliveira JT 1975. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed., Vitória, IBGE.
- Pádua JA, Carvalho AI 2020. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil, *História, Ciências, Saúde, Manguinhos* 27 (out.-dez.): 1311-1340.
- Paula JA 1997. *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar; ECMXC; PADCT/CIAMB.
- Raffestin C 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.
- Resende SEM, Alves MM, Giacomini RP 2007. A experiência do Grupo de Agricultores, Experimentadores e Monitores de Sistemas Agroecológicos no Vale do Rio Doce (MG). *Construção do Conhecimento Agroecológico. Novos Papéis, Novas Identidades. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia – ANA* (julho): 157-161.
- Richards JF 1984. Documenting Environmental History: Global Patterns of Land Conversion. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development* 26: 6-38.
- Rozzi R 2013. *Biocultural Ethics: From Biocultural Homogenization Toward Biocultural Conservation*. 9-32, Dordrecht, Springer.
- Sá GS 1977. A redescoberta do mono-carvoeiro na Fazenda Montes Claros. *Revista Veja*, 5 janeiro.
- Sá GJS 2010. "Abraços de mono": elos perdidos e encontros intersubjetivos em etnografia com primatólogos no Brasil. *Mana*, 16 (abril): 179-211. Available from: http://www.scielo.-br/scielo-.php?pid=S0104-93132010000100008&script=sci_arttext.
- Salgado S 2014. *Da minha terra à terra: Sebastião Salgado com Isabelle Franqc*. São Paulo, Paralela.
- Strauch N 1955. *A Bacia do Rio Doce. Estudo Geográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Strauch N 1958. *Zona Metalúrgica de Minas Gerais e vale do rio Doce. Guia de excursão nº. 2*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia.
- Strier KB 1986. *The Behavior and Ecology of the Woolly Spider Monkey, or Muriqui (Brachyteles arachnoides – E. Geoffroy, 1806)*, Doctoral dissertation, Harvard University, Cambridge, Mass.
- Strier KB 2007. *Faces da Floresta*. Rio de Janeiro: Sociedade para a Preservação do Muriqui – Preserve Muriquiri.
- Torres RC, Braz 2018. Avaliação da gestão e sustentabilidade da Reserva Particular do Patrimônio Natural Feliciano Miguel Abdala, Caratinga (MG), Brasil. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*. 5: 301-28.
- Vale.com [homepage on the Internet]. Projeto de recuperação ambiental apoiado pela Vale completa 15 anos. [cited 2022 Abr 10]. Available from: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/projeto-de-recuperacao-ambiental-apoiado-pela-vale-completa-15-anos.aspx>.
- Valle C 1992. Prefacio. Em *Faces da Floresta*, Karen Strier, I-XX. Rio de Janeiro, Sociedade para a Preservação do Muriqui – Preserve Muriquiri.
- Vasconcelos D 1974. *História média de Minas Gerais*. 3ª ed, Belo Horizonte, Brasília, Itatiaia, Brasília, INL.



Veado EMV 2002. Caracterização da RPPN Feliciano Miguel Abdala. [serial on the Internet] [cited 2022 Abr 20]. Available from: <http://www.preservemuriqui.org.br/artigos/caracterizacaorppn.pdf>.

Vieira MC 2004. A contribuição das RPPN à pesquisa científica e à conservação da biodiversidade. IN Mesquita CAB, Vieira MC (orgs.), *RPPN – Reservas particulares do patrimônio natural da mata atlântica*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, p. I-XX.

Vilarino MTB, Genovez PF (orgs.) 2019. Caminhos da Luta pela Terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias. Governador Valadares: Editora Univale. Available from: <https://projetosbic.wixsite.com/lutapelaterra/livros>.

Site.mda.gov.br [homepage on the Internet]. Minas Gerais. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Perfil Territorial. Médio Rio Doce – MG. [cited 2022 abr 10]. Available from: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_058_M%C3%83%C2%A9dio%20Rio%20Doce%20-%20MG.pdf.

Worster D 1991. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, 4:198-215.